

A LEITURA E A ESCRITA NO PRIMEIRO E SEGUNDO CICLO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Maria Oneide Lino da Silva¹ (Unidade Escolar Nair Gonçalves)

GT 04 – Alfabetização, Leitura e Escrita

INTRODUÇÃO

No início dos anos de 2000, nas escolas estaduais de Teresina-Pi, foram organizados a escolaridade em ciclos de formação, conforme o documento proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1ª a 4ª série que concebem, “*a seriação inicial deu lugar ao ciclo de formação com duração de dois anos, tendo como objetivo propiciar maiores oportunidades de escolarização voltadas para alfabetização efetiva das crianças*” (PCN, 1997; 59).

Em razão do desconhecimento da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais, principalmente em relação aos conteúdos de língua portuguesa, este fato vem se refletindo de forma negativa no ensino-aprendizagem, tendo como consequência, entre outros, o fato de muitos alunos perderem o interesse pela leitura e escrita, sendo esta, ensinada de forma mecânica, ocasionando dentre outros problemas enfrentados, o fracasso escolar.

Após a realização de um estudo sobre a leitura e a escrita com o objetivo de analisar o processo ensino-aprendizagem dos alunos no contexto escolar, foi feita uma pesquisa experimental na Unidade Escolar Nair Gonçalves, em que se entrevistou 07 professores, 01 coordenador, bem como os alunos que apresentavam baixo rendimento escolar em leitura e escrita, para diagnosticar a formação dos professores, onde apenas 01 é portador de curso superior, o tempo de serviço onde a maioria atua a mais de 12 anos; dificuldades encontradas pelos professores, sendo apontadas como as mais frequentes o não domínio da proposta curricular dos PCN e quanto aos alunos, a maioria confirmou o gosto pela leitura e escrita, desde que fossem trabalhadas, enfocando o aspecto lúdico. Estes indicaram ainda como maiores dificuldades a interpretação e compreensão dos símbolos gráficos.

No ato da investigação observou-se ainda, em uma das turmas de primeiro ciclo, que 20% dos alunos nem mesmo conseguiam ler o enunciado das questões propostas. A professora justificou este fato, admitindo a deficiência destas crianças em consequência de deficiência no ato da fase de alfabetização das mesmas.

Observa-se que a escola longe está de cumprir sua formação básica de ensinar a ler e escrever, e escrever, menos ainda de ensinar para a compreensão e aprimoramento da língua escrita.

Neste ponto concorda-se com Ferreira (2001:14) quando diz:

“Queremos é dar-lhes o direito de se apropriarem da língua escrita em toda a sua complexidade. Dar-lhes o direito de saber ler criticamente a palavra escrita pelos próprios textos, colocar suas próprias palavras”.

No documento para discussão do Programa lançado em 5 de junho de 2003 cujo tema; “Toda Criança Aprendendo” do Ministério da Educação, relata os dados apresentados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica -SAEB de 2001, demonstrando uma tendência bastante significativa de queda de rendimento na aquisição de competências cognitivas básicas por parte dos alunos. Onde os resultados indicam que:

“59% das crianças na 4ª série do Ensino fundamental não adquiriram os conhecimentos e as competências básicas de leitura e 52% não adquiram os

¹ Docente da Educação Básica e coordenadora pedagógica da Unidade Escolar Nair Gonçalves-Teresina-PI

conhecimentos matemáticos apropriados a essa faixa etária de escolarização. Normalmente, é nesse momento que acontece o grande estrangulamento do processo de aprendizagem, uma vez que essas crianças com baixos níveis de letramento e de noções básicas de matemática terão inúmeras dificuldades para prosseguir no Ensino Fundamental. Esse quadro perverso reproduz as desigualdades sociais e precisa ser revertido o mais rápido possível. Garantir a inclusão de crianças e adolescentes no mundo letrado é um grande desafio” (documento – MEC, 2003:9).

Com isso o ensino da leitura deve ser analisado como um processo contínuo onde etapas estão inter-relacionadas de forma gradativa e complexa, que vai desde a língua oral até a língua escrita. Considerando as afirmações acima se percebe a necessidade da leitura ser compreendida, possibilitando conduzir suas idéias principais.

DESENVOLVIMENTO

Ao iniciar um estudo sobre a aprendizagem da leitura e escrita é preciso entender que ambas não estão correlacionadas intrinsecamente durante o processo.

Faz-se necessário que o professor esteja atento a essa diversidade, propiciando aos alunos encorajamento para superá-la e criar oportunidades para vincular as duas ações – a de ler e a de escrever. Buscando o que há por trás desta ocorrência, observa-se que os esquemas mentais para produzir uma escrita e para decodificar um texto pronto têm características específicas. Para escrever, o aluno necessita ter à sua disposição, nível de representação mental, os elementos do sistema de escrita para organizá-los no papel. Para ler, ele deve tomar os elementos já organizados, num texto, e dar uma explicação para esta organização, reforçando essas idéias Franco (1995) indica que:

“A leitura e a escrita são processos opostos, ler significa enxergar e dar significado e sentido aos signos. Inicia-se fora do indivíduo, mas só se realiza dentro do indivíduo, a partir de seus referenciais. Ao ler, o sujeito, partindo dos signos, volta aos objetos reais-os referentes - construindo, mentalmente, o que lê, já a escrita faz o inverso tem todos os referenciais, interligados, em seu consciente. Organiza-os e representa sob a forma de signos. É um processo que vem de dentro do indivíduo para fora”. (Franco, 1995: p 19)

Portanto, conclui-se que ler é mais fácil que escrever. E considerando a escola uma instituição de caráter social, cuja função é atender as expectativas dos educandos e prepará-los para a vida, oferecer-lhes condições adequadas de aprendizagem e um ensino de qualidade e torná-lo capaz de lidar e dar forma ao conhecimento adquirido, ensiná-lo a pensar para que desenvolva a capacidade de fazer análise e síntese, de se expressar com segurança e de maneira adequada, escrever corretamente, é enfim, levá-lo a pensar sobre o que aprendeu. É isso que o aluno espera. E quando ele pergunta, “onde eu vou usar esse conteúdo?” achamos que é o aluno que não sabe para onde quer ir.

Nesta compreensão, o tema aqui proposto colocou-se numa posição de ampliação e possibilidade para os alunos e os professores e não como instrumento de mera decodificação, converter letras em sons, sendo a compreensão consequência natural dessa ação, visto que: *“A escrita, seja ela qual for, tem como objetivo primeiro permitir a leitura. A leitura é uma interpretação da escrita que consiste em traduzir os símbolos escritos em fala” (Cagliari, 1996: 103).*

Ainda segundo Bonfim:

“A escrita na escola tem-se construído ao longo dos tempos numa atividade meramente artificial. Embora sabendo que estudos recentes sinalizam para uma prática renovada, os alunos, na sua maioria, vêem a escrita como um processo enfadonho”. Seguindo essa linha, os PCN em Língua Portuguesa (1997: 52), nos orienta que é necessário que se compreenda que leitura e escrita são práticas complementares, fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento” (Bonfim, 1999:11).

É para isso, faz-se necessário que ao iniciar o ensino de leitura e escrita o professor propiciasse situações de aprendizagem que levassem o aluno a despertar o desejo de ler e escrever, desenvolvendo oportunidades que respeitassem o conhecimento da forma como percebia a escrita, através da sua leitura particular de mundo. Freire (2000: p 11) defende que: *“ato de ler não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”*. Entendendo assim também que o ato de escrever implica no controle de dois aspectos fundamentais: o que escreve e como se escreve e isso não é simples, principalmente quando não se está aprendendo. Esse é um momento em que os alunos precisam pensar em como escrever, em como se organizar um sistema alfabético de notação.

Os PCN de Língua Portuguesa fazem uma análise de como a escola deve ensinar a escrita afirmando que:

“Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos a interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria que se pode aprender. A diversidade textual que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno”. (PCN, 1997:34).

Percebe-se como isso a relação entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, que portanto, não é mecânica: alguém que lê muito não é, automaticamente, alguém que escreva bem. E que a escola não deve apenas se preocupar com a transmissão de informações e, sim, com o seu processo de desenvolvimento, pois além dos aspectos sociais devem ser considerados outros aspectos como: os afetivos, os cognitivos e os psicomotores que muito contribuem para a construção e assimilação de novas aprendizagens na interação com o indivíduo e com o mundo. De acordo com as idéias de Seber (1997), diz o seguinte:

“As transmissões só alcançam êxito se assimiladas a uma organização intelectual, que progride a partir de ações nas quais as crianças devem ter liberdade de modificar o que conseguem abstrair das experiências. Escrevendo e lendo conforme seu nível de organização intelectual permitir, elas podem descobrir maneiras distintas de combinar os símbolos gráficos e inventar ou reinventar hipóteses para justificar a diversidade das combinações. O caminho da base conceitual da escrita deriva, portanto, dessas tentativas de experimentação e não de modo mecânico e, portanto, sem nenhum entendimento”. (Seber, 1997:243).

Após este estudo, constatou-se uma grande necessidade de investir e na formação profissional dos professores envolvidos não só no tocante à capacitação em serviço, oferecendo momentos de aperfeiçoamento, aligeirados e modulados, sem que tenham repercussão na carreira profissional e muito pouco contribui para a qualidade do ensino, e sim

na formação continuada, considerando o acesso a novos níveis de titulação com impacto na carreira, bem como a atualização/reflexão da prática pedagógica com horário integrado à jornada de trabalho. Como fixa a nova LDB-9394/96, em seu artigo 13, que conforme (Leitão, 1999); resumindo diz que:

“A formação profissional é um processo inicial e continuado, que deve dar respostas aos desafios do cotidiano escolar, dar contemporaneidade e do avanço tecnológico. O professor é um dos profissionais que mais necessidades têm de se manterem atualizados, aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance de sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social” (Leitão, 1999:41).

Com base nessa realidade, o Ministério da Educação, após contatos com representantes do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação lançam o Programa “Toda Criança Aprendendo” que consiste no seguinte:

“Esse Programa consiste num conjunto de políticas cujo objetivo é reverter o quadro diagnosticado pela avaliação nacional. Segundo o Ministro da Educação, o propósito é “fazer com que a trajetória escolar seja, para todos, uma efetiva oportunidade de aprender, uma história de êxito das grandes majorias na aventura do conhecimento e na formação da cidadania”. Além dos projetos emergenciais que visam a regularização do fluxo escolar, o Programa “Toda Criança Aprendendo” prioriza soluções estruturais. Nesse sentido, a Política Nacional de Valorização e Formação de Professores, com todos os seus desdobramentos, assume papel de destaque no Programa. O Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores tem o seu início previsto em 2003/2004 somente para docentes nos quatro primeiros anos do ensino fundamental. A participação desse segmento de professores nos encontros estaduais e no encontro nacional é decisiva para que possamos construir juntos as matrizes de referência de Exame Nacional de Certificação”. (documento MEC, 2003:13).

Para tanto necessário se faz às autoridades do Estado, da comunidade e da escola, todos os professores, pais e pedagogos e demais profissionais estarem seriamente convencidos da importância da leitura e dos livros para a vida individual, social e cultural, se quiserem contribuir para melhorar essa situação. À escola cabe proporcionar espaços de desafio e prática, de liberdade, de criatividade e o gosto pela leitura e escrita; fato este, observado no universo de que é mais importante; deve oferecer condições de acesso, como livros diversificados: como gibis, paradidáticos, e outros oportunizando uma educação de qualidade, professores qualificados, competentes, comprometidos, tudo isso poderia resolver a deficiência na leitura e escrita nos primeiros ciclos do ensino fundamental.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa realizada em 30/10/03 indica que a Unidade Escolar Nair Gonçalves,, oferece atendimento nos (três) turnos com ensino fundamental de 1ª a 4ª série nos turnos

matutino e vespertino e de 5ª a 8ª série (Educação de Jovens e Adultos) noturno. E para facilitar a compreensão dos dados, organizou-se estatisticamente. Em que foram aplicados questionários a 07 docentes, 01 coordenadora e a 20 discentes que apresentavam baixo rendimento em consequência da escola ter dificuldade de ensinar a ler e a escrever. Quanto aos docentes; **escolaridade:** nível médio (magistério):62%, **superior incompleto:**25%, **superior completo:**13%;**tempo de serviço:** menos de 5 anos :12,5%, mais de 12 anos:25%,com 15 anos:37,5% e com mais de 15 anos:25%;**carga horária de trabalho:**20 horas:37,5% e com 40 horas 62,5%,**docentes que não dominam a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais:**65%,**maiores dificuldades encontradas na realização das atividades práticas com leitura e escrita:**falta de acompanhamento da família 40 %,alunos mal alfabetizados 40%,livros que não atendem às reais necessidades do aluno 20%;**sugerem para melhorar sua prática pedagógica:**planejamentos envolvendo projetos pedagógicos 63% e melhor fundamentação teórica 37%;**avaliam o desempenho dos discentes em leitura e escrita:** 60% consideram bom, 27% regular e 20% insuficiente. E quanto aos discentes; **gostam de ler e escrever** 90% responderam que sim; **tipos de livros ou revistas que gostam de ler:** gibis 45%, paradidáticos 40%, didáticos 15%; **como gostariam que lhes fosse ensinado a leitura e a escrita:** através de leitura de histórias e outros textos 50%,através de jogos e brincadeiras 45%,outro 5%;**maiores dificuldades em leitura e escrita:** de compreender e interpretar os símbolos gráficos 40%,de ler e interpretar textos 30%,de escrever, de escrever 25% e de ler e escrever simultaneamente 5%;**local que mais gostam de ler:** sala de leitura 35%, sala de aula 30% e em casa 25%.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo geral analisar o processo ensino- aprendizagem da leitura e escrita dos alunos dos primeiros ciclos do ensino fundamental, e após o estudo realizado concluiu-se que apesar das propostas atuais em educação, ainda precisam ser discutidas e trabalhadas na escola pública, partindo da concepção de professores e alunos que se tem e dos que se quer para competir com o mundo globalizado sendo importante que o professor tenha consciência da necessidade de ler, pesquisar e de se qualificar, investir em sua formação profissional, que esteja embasado numa teoria adequada,e que sempre encontrará crianças com dificuldades no processo de alfabetização. É preciso se pensar mais seriamente no limite de crianças por classe, atendendo suas necessidades e diferenças individuais, especialmente no primeiro ciclo.E para aprender a escrever, e fundamental que o aluno tenha muitas oportunidades de fazê-lo, mesmo antes de saber grafar corretamente as palavras: quanto mais fizer isso mais aprenderá sobre o funcionamento da escrita.Muitas atividades podem ser propostas para as crianças explicarem suas hipóteses, compararem com as hipóteses de seus colegas e com a escrita convencional, em vez de reduzir o ensino à codificação de sons em letras, ou à reprodução de frases ou palavras soltas.

O trabalho em parceria é um grande aliado: pode-se agrupar os alunos e propor que escrevam listas, trechos de histórias, títulos de livros, textos poéticos, contos, narrativas, novelas, músicas, quadrinhas, adivinhações ou trava-línguas dentre outros, o importante é definir com clareza os papéis, para que todos participem.

Enfim, espera-se que este trabalho sirva de reflexão sobre a prática da leitura e da escrita tanto para os professores como para os alunos, contribuindo assim para o desenvolvimento global destes.

BIBLIOGRAFIA

- BONFIM, Maria Madalena de Carvalho, Monografia do Curso de Especialização em Pedagogia Escolar “Produção de Textos uma experiência de construção”, Teresina-PI – UFPI, 1999.
- BRASIL, Congresso Nacional, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no 9394, de 20/12/96.
- _____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais/Secretaria de Educação Fundamental - Brasília: MEC/SEF, 1997, 126 p.
- _____, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa – Brasília, 1997.
- _____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Infantil e Fundamental. Documento para discussão. Toda Criança Aprendendo. Brasília, 2003, 34 p.
- FERREIRO, Emília & TEBEROSCKE, Ana, Psicogênese da Língua escrita. Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.
- FERREIRO, Emília, uma aula inédita para 10 mil professores. Porto Alegre-RS-Julho 2001. disponível em www.uol.com.br/novaescola.com.br. Online, 20/07/2001.
- FRANCO, Ângela, Metodologia de ensino de Língua Portuguesa- São Paulo. Editora Lê, 1995.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. São Paulo. Cortez, 2000.
- GAGLIARI, Luis Carlos, Alfabetização e Linguística. São Paulo: Scipione, 1999.
- LEITÃO de Melo, Maria Teresa, in “Programas Oficiais para Formação de Professores”; Revista Educação e Sociedade, nº 68; CEDES; 1999.
- SILVA, Maria Alice S. Sousa e. Construindo a Leitura e a Escrita, São Paulo. editora Ática, 1994.
- SEBER, Maria da Glória. A escrita infantil. São Paulo: Scipione, 1997.